

PARECER Nº 937/2025

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER Nº. 937/2025

Processo: 44933/2025

Autoria: Vereadora Maria Avalone

Assunto: Projeto de lei que "INSTITUÍ NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ, O DIA MUNICIPAL DO KARATÊ-DÔ TRADICIONAL."

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei que objetiva instituir o dia municipal do karatê-dô tradicional, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de fevereiro.

A autora apresenta justificativa, em suma, nos seguintes termos:

O presente projeto visa instituir no Município dia municipal do karatê tradicional, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de fevereiro, sendo que a prática da modalidade no município detém mais de 3 (três) mil praticantes entre crianças, jovens e idosos e no Estado de Mato Grosso mais de 6 (seis) mil praticantes de diversas faixas etárias. O Karatê-Dô Tradicional praticado no município é uma das modalidades esportivas mais premiadas do País, sendo o município celeiro e base de atletas que compõe a seleção Brasileira de Karatê Tradicional da CBKT (Confederação Brasileira de Karatê Tradicional) que é filiada à ITKF (INTERNATIONAL TRADITIONAL KARATE FEDERATION). Em recente competição no Estado do Rio de Janeiro, onde foi realizado o campeonato brasileiro de Karatê Tradicional, nos dias 04 a 07 de setembro de 2025, a seleção Mato-Grossense de Karatê-Dô Tradicional, composta por maioria de atletas do município obteve como premiação geral o primeiro lugar do evento, resgatando um histórico de 23 (vinte e três) campeonatos que obteve primeira colocação geral de 36 Edições realizadas. A data de 25 de fevereiro, escolhida como o dia municipal do Karatê-dô Tradicional, é o dia do falecimento do maior mestre da modalidade esportiva no mundo, Sensei Luiz Tasuke Watanabe, japonês naturalizado brasileiro, único



atleta da modalidade registrado no Guinness Book, como campeão mundial de karatê-dô (França/1972) que ganhou 09 Lutas, sendo 08 por Ippon (ponto completo com um único golpe), e a final fez 02 wazaris (meio ponto). Mato Grosso deve em muito aos ensinamentos do Sensei Luiz Tasuke Watanabe, que a partir de sua aproximação e dedicação à prática desde a fundação da FKTMT em 1990, elevou o Karatê-Dô Tradicional de Cuiabá e Mato Grosso ao grau de excelência que hoje se encontra.

É o relatório.

II - EXAME DA MATÉRIA

1. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE

O processo legislativo consiste num conjunto coordenado de atos que disciplinam o procedimento a ser obedecido pelos órgãos competentes na produção das leis e atos normativos que derivam diretamente da Constituição Federal, Constituição Estadual e da Lei Orgânica do Município.

Segundo o constitucionalista e Ministro Alexandre de Moraes:

[O] respeito ao devido processo legislativo na elaboração das espécies normativas é um dogma corolário à observância do princípio da legalidade, consagrado constitucionalmente, uma vez que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude de espécie normativa devidamente elaborada pelo Poder competente, segundo as normas de processo legislativo constitucional.”[\[1\]](#)

Portanto, temos que é esse conjunto normativo que fornece as suas bases e define os elementos fundamentais do processo legislativo, tais como: competência, a matéria legislativa, a iniciativa das leis, discussão, votação, aprovação, rejeição e veto.

O **Supremo Tribunal Federal (STF)** considera as regras básicas de processo legislativo previstas na Constituição Federal, como norma geral, aplicável a todos os entes federais.

Inicialmente, cumpre salientar que, não cabe a esta CCJR qualquer análise de mérito e/ou política dos projetos de lei, sendo que tal atribuição é destinada aos Agentes Políticos envolvidos.

Portanto, a análise aqui externada cuida apenas da exigência de compatibilidade do projeto de lei com o ordenamento jurídico pátrio.

Em nível municipal a função legislativa é exercida pela Câmara dos Vereadores, que é o órgão legislativo do município, em colaboração com o prefeito, a quem cabe também o poder de iniciativa das leis, assim como o poder de sancioná-las e promulgá-las, nos termos



propostos como modelo, pelo processo legislativo federal.

A Constituição Federal dotou os municípios de autonomia legislativa no que se refere aos assuntos de interesse local, como neste caso, podendo os municípios ainda suplementar a legislação federal e estadual no que couber:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

A iniciativa parlamentar em projetos que instituem datas comemorativas, possui amplo respaldo jurídico, **desde que não crie atribuições ao Chefe do Poder Executivo.**

O Poder Judiciário vem adotando posicionamento mais flexível no que tange a iniciativa parlamentar para a edição de leis que versem sobre programas e serviços públicos, **desde que não haja invasão da esfera administrativa – reservada em nosso ordenamento ao Poder Executivo** – o que se daria, por exemplo, através da criação de órgãos ou da criação de novas atribuições a órgãos já existentes ou, ainda, da criação de cargos públicos.

A instituição do dia municipal do Karatê-dô denota interesse local e ampla iniciativa legislativa, de modo que é possível a apresentação de projeto de lei pela vereadora.

O projeto é **constitucional** quanto à competência legislativa. A criação de datas comemorativas ou destinadas à conscientização municipal está dentro da competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I da CF/88). Ademais, não há quaisquer dispositivos que afrontem a iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

Nesse sentido, opina-se pela aprovação da matéria.

2. REGIMENTALIDADE

O Projeto cumpre as exigências regimentais, não havendo nada a acrescentar neste aspecto.

3. REDAÇÃO

O Projeto atende as exigências redacionais estabelecidas na Lei Complementar nº. 95, de 26 de fevereiro de 1998.

4. CONCLUSÃO

O projeto é **constitucional** quanto à competência legislativa. A criação de datas comemorativas ou destinadas à conscientização municipal está dentro da competência dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, I da CF/88).



Nesse sentido, opina-se pela aprovação da matéria.

5. VOTO

Voto do relator pela aprovação.

[1]MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 40 ed. São Paulo: Atlas, 2024. Cap. 11.

Cuiabá-MT, 13 de dezembro de 2025



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100360033003700330037003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **Marcrean Santos (Câmara Digital)** em 14/12/2025 10:55

Checksum: **96537F5D7BBF260889B15C937AC47E9B954EF0C4E66C82196C8CACCA6527EBB6**



Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade> com o identificador 3100360033003700330037003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.